



03 e 04 de setembro de 2024



Desigualdade de Gênero em Manaus: Uma Análise com o Contexto Nacional

Jessica Macedo Costa dos Santos¹

Marvin DLucam Santarém Tavares²

Resumo

O artigo explora as disparidades de gênero em Manaus, destacando como essas desigualdades influenciam a evasão escolar e restringem as oportunidades profissionais para as mulheres. Embora o sexo feminino apresente taxas mais altas de alfabetização e conclusão do ensino superior, continuam a enfrentar desafios significativos no mercado de trabalho, como salários mais baixos e menor representação em cargos de liderança. Através de uma revisão histórica das questões socioculturais que perpetuam a desigualdade e comparando médias de desigualdade por sexo nos anos 2000 e 2023 no Brasil e em Manaus, o artigo expõe as causas subjacentes das desigualdades entre os gêneros, enfatizando a importância dos princípios da Constituição de 1988 que visam promover a igualdade entre os sexos.

Palavras chave: Manaus; Gênero; Desigualdades.

Gender Inequality in Manaus: An Analysis of the National Context

Abstract

The article explores gender disparities in Manaus, highlighting how these inequalities influence school dropout and restrict professional opportunities for women. Although females have higher rates of literacy and completion of higher education, they continue to face significant challenges in the labor market, such as lower wages and less representation in leadership positions. Through a historical review of the socio-cultural issues that perpetuate inequality and by comparing averages of inequality by gender in the years 2000 and 2023 in Brazil and Manaus, the article exposes the underlying causes of gender inequality, emphasizing the importance of the principles of the 1988 Constitution that aim to promote equality between the sexes.

Key words: Manaus; Gender; Inequalities.

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, e-mail: jessica.santos@ufam.edu.br

² Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, e-mail: marvin.tavares@ufam.edu.br



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



Introdução

A questão de gênero é um campo fundamental de estudo que aborda as desigualdades e diferenças entre homens e mulheres em diversas esferas da sociedade, incluindo economia, educação, saúde e oportunidades sociais. Desigualdade de gênero refere-se à diferença sistemática e injusta de tratamento e oportunidades entre indivíduos com base em seu gênero, resultando em desvantagens para um dos sexos em diversas áreas da vida. Essa disparidade manifesta-se em diferenças salariais, barreiras no acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Essa desigualdade é alimentada por normas culturais, estereótipos e estruturas sociais que perpetuam a preferência por um gênero sobre o outro, criando um ambiente onde as oportunidades e os direitos são desigualmente distribuídos.

Este artigo explora a relação de gênero, destacando como as desigualdades influenciam significativamente as taxas de evasão escolar, renda, emprego e os desafios enfrentados pelas mulheres em relação aos homens, nas questões sociais e culturais.

A questão de gênero revela um panorama de desigualdades persistentes que afetam diversos aspectos da vida cotidiana. Em Manaus, essas desigualdades se manifestam de maneira particularmente acentuada, revelando discrepâncias alarmantes em comparação com as médias nacionais. Essa realidade problemática não apenas evidencia uma disparidade local crítica, mas destaca a urgência de abordar as causas subjacentes dessas desigualdades.

A desigualdade tem consequências a longo prazo para os indivíduos e sociedade. Alunos que abandonam a escola, por motivos relacionados à desigualdade social, econômica e cultural, possuem chances diminuídas de alcançarem empregos bem remunerados, o que perpetua ciclos de pobreza e exclusão social. Ao abordar causas como a evasão escolar relacionadas ao gênero, é possível verificar como melhorar os resultados educacionais e, conseqüentemente, os resultados sociais e econômicos de toda uma comunidade.

A importância de se abordar questões de gênero reside na sua influência abrangente sobre promover equidade social dos indivíduos e comunidades. As desigualdades de gênero não apenas afetam a qualidade de vida das pessoas, mas também



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



limitam o desenvolvimento econômico e social de uma nação. A análise das disparidades de gênero permite identificar áreas de intervenção crítica e promover mudanças que beneficiem a todos, contribuindo para uma sociedade igualitária.

Metodologia

Este artigo combina revisão de literatura e análise quantitativa de dados estatísticos. A revisão de literatura incluiu diversos autores relevantes, identificando conceitos-chave e teorias predominantes, direcionando o estudo. Na perspectiva de Ludwig (2015) a revisão bibliográfica está presente em todas as pesquisas científicas, se constitui através do ato específico de estudar um determinado tema, a partir do ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um determinado assunto a ser pesquisado.

A análise quantitativa utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Esses dados incluíram informações demográficas, socioeconômicas e de mercado de trabalho. Os dados foram organizados e analisados com estatísticas descritivas e inferenciais, permitindo identificar tendências e padrões relevantes. A integração da revisão de literatura e dos dados estatísticos proporcionou uma visão detalhada do fenômeno estudado.

Desenvolvimento

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (Brasil, 1988).

Mostra que a constituição reforça a importância de um tratamento equitativo e justo para todos independente de suas diferenças. Entretanto essa igualdade não é concretizada, a realidade brasileira muitas vezes contrasta com esses ideais. As desigualdades de gênero no Brasil, ainda que atuais, possuem raízes mais profundas em



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



um contexto histórico marcado por estruturas patriarcais e sistemas de poder que privilegiam o sexo masculino. Desde a colonização, as mulheres foram relegadas a papéis secundários e limitadas principalmente ao ambiente doméstico. Durante o período colonial e imperial, as mulheres tinham direitos extremamente restritos, sendo privadas de educação formal e de participação política. Somente com a Constituição de 1934 é que começaram a surgir as primeiras garantias legais de igualdade, como o direito ao voto feminino (Silva e Castilho, 2014). No entanto, a persistência de atitudes do ponto de vista machistas e conservadoras, continuou a limitar significativamente a progressão dos direitos das mulheres. Mesmo com os avanços legislativos das últimas décadas, como a Lei Maria da Penha (2006) e a inclusão da igualdade de gênero na Constituição de 1988, as disparidades continuam a ser uma realidade, refletindo um legado histórico de desigualdade e discriminação de gênero.

A desigualdade social, a discriminação racial e de gênero, e a violência contra minorias são evidências do não cumprimento pleno dessas garantias instituídas pela Constituição. Mulheres, a população negra, os povos indígenas, a comunidade LGBTQIA+ e outras minorias frequentemente enfrentam barreiras sistemáticas que limitam seu acesso a direitos básicos, expondo a lacuna entre a legislação e sua implementação efetiva.

A desigualdade não afeta apenas essas “minorias” no Brasil mas grande parte da população. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 o número de mulheres no Brasil corresponde a 51,5% da população (104,5 milhões), pessoas autodeclaradas pretas, independente do sexo, são 10,2% da população (20,6 milhões) e indígenas são 0,6% (1,2 milhão). Conforme Abramo (2006) as desigualdades de gênero e raça estruturam a desigualdade social no Brasil, perpetuando a pobreza e a exclusão social. Enfrentar essas desigualdades é essencial para superar os déficits de trabalho decente. Indicadores do mercado de trabalho demonstram essas disparidades, evidenciando a necessidade de análises detalhadas para a formulação de políticas eficazes. Apesar do aumento na participação feminina no mercado de trabalho, persistem grandes diferenças em comparação aos homens e entre mulheres de diferentes estratos socioeconômicos.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



As desigualdades de gênero são particularmente evidentes nas áreas de emprego, educação e saúde, onde mulheres e meninas enfrentam desvantagens significativas em comparação aos homens. A taxa de mulheres no mercado de trabalho, de acordo com o IBGE em 2022, foi de 53,3%, enquanto que os homens foram 73,2% (Figura 1).

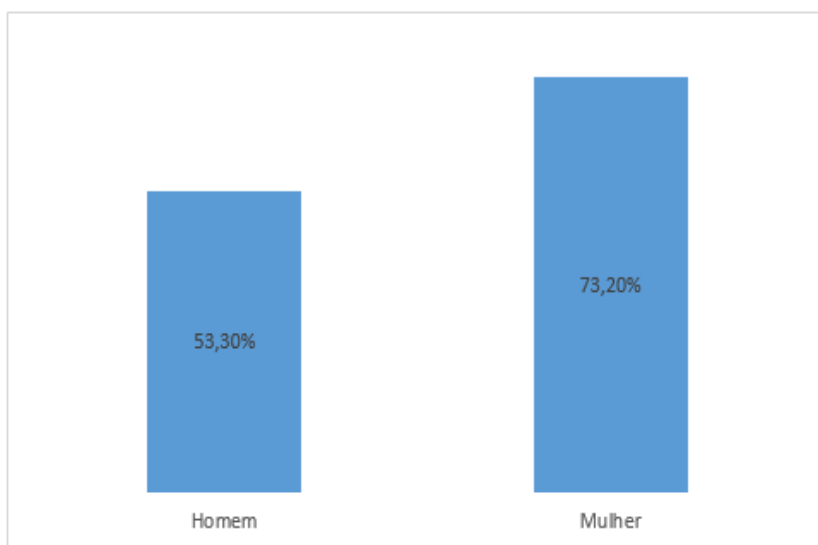


Figura 1. Taxa de pessoas por sexo inseridas no mercado de trabalho em 2022 no Brasil. Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: os autores (2024).

Apesar de, na contemporaneidade, haver uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, na educação e em diversas esferas sociais, a desigualdade de gênero ainda persiste de maneira significativa. O sexo feminino continua a enfrentar disparidades salariais, ocupando, muitas vezes, posições de menor prestígio e remuneração em comparação aos do sexo masculino. De acordo com Castro *et al* (2011) as mulheres são frequentemente sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho, equilibrando responsabilidades profissionais e domésticas, e são mais vulneráveis a entrar no mercado informal. A representação feminina em cargos de liderança também permanece desproporcionalmente baixa. A violência de gênero, tanto no ambiente doméstico quanto no público, é outro grave problema que evidencia a persistência dessas desigualdades.

Mulheres, mesmo as que possuem maior nível de ensino que os homens, ainda assim ocupam cargos de menor remuneração. Conforme Leone e Baltar (2006) os maiores níveis de escolaridade das mulheres que possuem uma ocupação não garante a elas



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



rendimento próximo do masculino, isso ocorre em todos os níveis de escolaridade mas são maiores na educação superior onde as mulheres são mais da metade dos ocupados com essa escolaridade, além de não possuírem remuneração semelhante, tem maior dificuldade para assumir cargos de liderança e encontram-se normalmente em cargo considerados femininos, como o magistério e enfermeiras. E aquelas que possuem baixo ou nenhum nível de escolaridade? Essas encontram-se em ocupações informais ou cargos formais de baixa remuneração. Conforme Quirino (2012), no Brasil durante o século XX e XXI o acesso à escola foi ampliado aos demais grupos populacionais e assim as mulheres passaram a ter oportunidade de possuir uma educação formal, entretanto entre as mulheres é comum que haja evasão escolar, desistência dos estudos e distorção de idade-série.

Esses fenômenos podem ser influenciados por uma série de fatores sociais, econômicos e culturais. Um dos principais fatores é a pobreza, que muitas vezes obriga mulheres a abandonarem a escola para ajudar no sustento da família através do trabalho doméstico ou informal. Além disso, questões relacionadas à desigualdade de gênero, como a falta de valorização da educação feminina e a expectativa de que as meninas assumam responsabilidades domésticas desde cedo, também contribuem para a evasão escolar. A gravidez na adolescência é outro fator significativo, pois muitas jovens se veem forçadas a deixar a escola para cuidar de seus filhos. A violência de gênero, incluindo assédio e abuso sexual, tanto em casa quanto dentro das instituições de ensino, também pode levar à desistência escolar, uma vez que cria um ambiente inseguro e desfavorável para a aprendizagem.

De acordo com Sousa (2018) a gravidez na juventude é preocupante pois pode provocar desorganização familiar, abandono escolar, afastamento social e do mercado de trabalho. E que a pobreza na infância aumenta as chances de evasão, a falta de oportunidades e desigualdades sociais levam as adolescentes a engravidar precocemente. Logo, estas abandonam a escola para a maternidade e dedicam-se ao filho e ao lar. Após ter o filho algumas podem depender financeiramente de terceiros ou precisar trabalhar



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



para sustentar a família, aquelas que não possuem parceiros, tornam-se as chefes de família.

A religiosidade também pode ser associada a um fator cultural, ao cobrar uma postura moral de mulheres grávidas para se casarem ou terem compromissos, o que tira o direito de meninas a uma adolescência saudável e plena, o que as leva a abandonar sua educação. Isso é uma forma de negar a elas o seu direito constitucional à educação. Historicamente se tem uma influência de que a mulher é um produto, feita para reproduzir e que não existem sem o amparo de um homem, carrega-se a ideia de que elas são responsáveis pelo lar e isso afasta a independência feminina (Ramos *et al* 2020). Quando casadas cedo, muitas jovens enfrentam a interrupção abrupta de seus estudos devido às novas responsabilidades conjugais e domésticas. Além disso, esses casamentos podem expor as jovens a diversas formas de violência, incluindo abuso sexual e psicológico. O ambiente doméstico pode se tornar um espaço de controle e opressão, onde a autonomia e o desenvolvimento pessoal são severamente limitados. A pressão para atender às expectativas de um parceiro mais velho ou de uma família tradicional pode levar ao isolamento e à diminuição do apoio social, tornando ainda mais difícil o retorno à educação. Esse ciclo de abandono escolar e violência perpetua a desigualdade de gênero e limita as oportunidades futuras.

Outro fator associado à evasão escolar são aquelas jovens mulheres que se veem obrigadas a abandonar seus estudos por questões econômicas, seja para compor a renda da família, ou por ser a chefe de uma família, aquela responsável por prover para a casa. Atualmente muitas mulheres vem ocupando esse papel que antes era socialmente atribuído apenas ao homem, no século XVIII na classe burguesa existia a chamada família nuclear caracterizada pelo pai, mãe e filhos, caracterizada pelo amor entre um casal, a união em benefício dos filhos, a maternidade e o estabelecimento de relações diferenciadas entre homens e mulheres. Mais uma vez, a mulher é um ser frágil e com pouca predisposição a atividades intelectuais, encarregada de cuidar da casa, filhos e marido. Enquanto o homem é forte, vigoroso e encarregado de prover bens para a família (Cúnico e Arpini, 2014).



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



Atualmente é comum que existam famílias monoparentais femininas, de acordo com Pinto *et al* (2011) grande parte dessas famílias são de periferias urbanas, elas podem ser provenientes de uma gravidez precoce ou não planejada e são compostas por mulheres solteiras, viúvas que vivem com seus filhos. Sem o ensino básico completo, essas mulheres são frequentemente forçadas a assumir empregos informais ou formais de baixa remuneração que ofereçam flexibilidade de horário. Esse tipo de ocupação é necessário para que possam equilibrar a necessidade de sustentar a família com a responsabilidade de estarem presentes em casa para cuidar dos filhos. A falta de qualificação e as exigências de tempo criam um ciclo de vulnerabilidade econômica, onde a instabilidade financeira e a precariedade do emprego se somam às dificuldades de garantir uma educação adequada e oportunidades de um futuro melhor para seus filhos.

A sobrecarga enfrentada por mulheres chefes de famílias, e que não possuem ensino básico completo é imensa. A necessidade de equilibrar o trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas e o cuidado dos filhos resulta em jornadas extenuantes e estressantes. Em empregos informais ou de baixa remuneração, essas mulheres frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias, sem direitos trabalhistas ou segurança financeira, o que aumenta ainda mais a instabilidade e a pressão psicológica. A falta de apoio social e comunitário agrava a situação, deixando essas mulheres sem rede de suporte para compartilhar as responsabilidades diárias. Essa dupla ou tripla jornada de trabalho gera um desgaste físico e emocional significativo, comprometendo sua saúde e bem-estar. A constante luta para prover e cuidar da família, sem tempo para si mesmas ou para investir em sua própria educação e desenvolvimento pessoal, perpetua um ciclo de pobreza e limita suas possibilidades de melhorar a qualidade de vida.

Uma comparação com o ano 2000, conforme o IBGE, mostra que havia 3.200.905 mulheres com nível superior completo, enquanto o número de homens era de 2.689.726 (Figura 2). No ano de 2023, as mulheres continuam a ultrapassar os homens em termos de ensino superior completo, com 18,5% das mulheres e 14,4% dos homens possuindo essa formação (Figura 3). Apesar desse avanço educacional, as mulheres ainda



03 e 04 de setembro de 2024



são menos remuneradas, com um rendimento habitual médio de R\$2.303, comparado aos R\$2.920 dos homens (Figura 4).

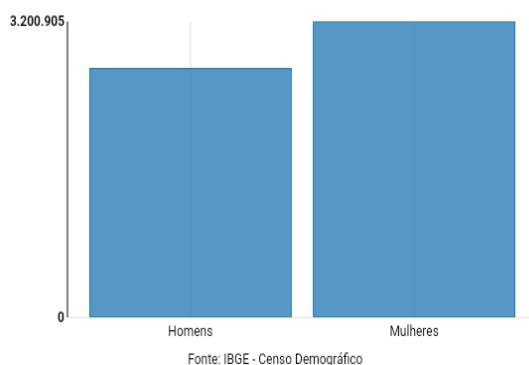


Figura 2. Pessoas por sexo e nível de instrução superior concluído no Brasil em 2000. Elaboração: os autores (2024)

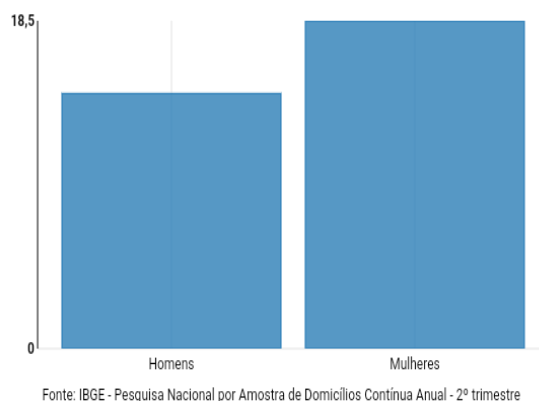


Figura 3. Pessoas por sexo e nível de instrução superior concluído no Brasil em 2023. Elaboração: os autores (2024).

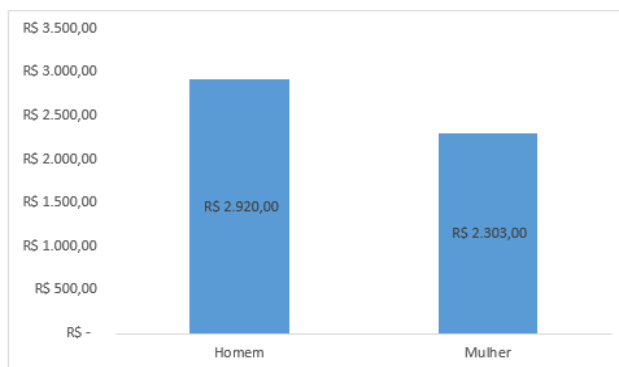
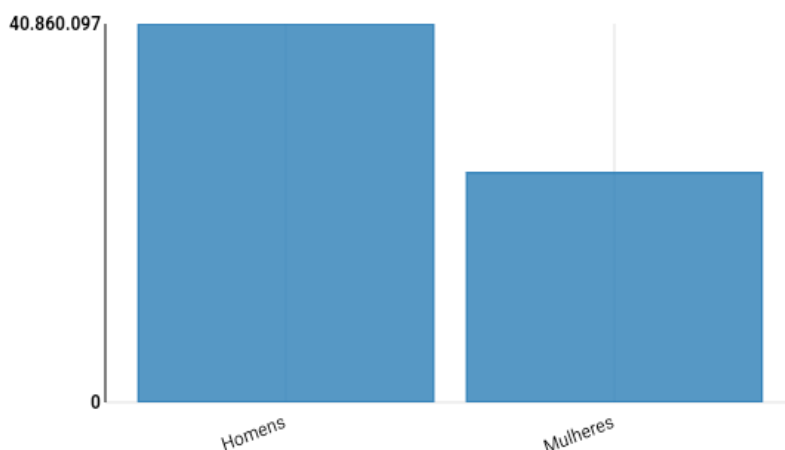


Figura 4. Rendimento habitual médio de pessoa por sexo no Brasil em 2022. Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: os autores (2024)



A persistente desigualdade salarial reflete a ideia de que o homem é o principal provedor da família, pressionando muitos jovens do sexo masculino a abandonarem a escola para contribuir com a renda familiar. Dados do IBGE de 2000 mostram que o número de homens de 10 anos ou mais ocupados no trabalho principal era de 40.860.097, enquanto o número de mulheres era de 24.769.796, evidenciando a maior participação masculina no mercado de trabalho (Figura 5).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Figura 5. pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência por sexo e grandes grupos, subgrupos principais, subgrupos e grupos de base de ocupação no trabalho principal no Brasil em 2000. Elaboração: os autores (2024).

Ao analisar a distribuição de nível educacional e ocupação por gênero na microrregião de Manaus, Amazonas, no início dos anos 2000, observa-se uma discrepância significativa entre homens e mulheres. De acordo com dados do IBGE, em 2000, 15.983 mulheres tinham concluído o ensino superior, enquanto o número de homens era de 17.397 (Figura 6). Essa diferença se reflete também no mercado de trabalho: em 2000, havia 322.549 homens com ocupação no trabalho principal em Manaus, comparado a 199.574 mulheres (Figura 7). Esses números destacam as disparidades de gênero tanto na educação quanto na inserção profissional.



03 e 04 de setembro de 2024

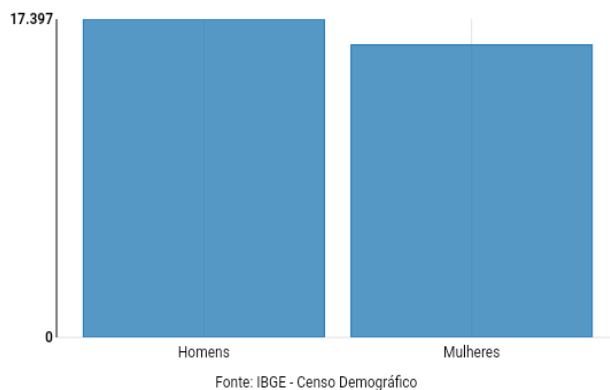


Figura 6. Pessoas por sexo e nível de instrução superior concluído em Manaus no ano 2000. Elaboração: os autores (2024).

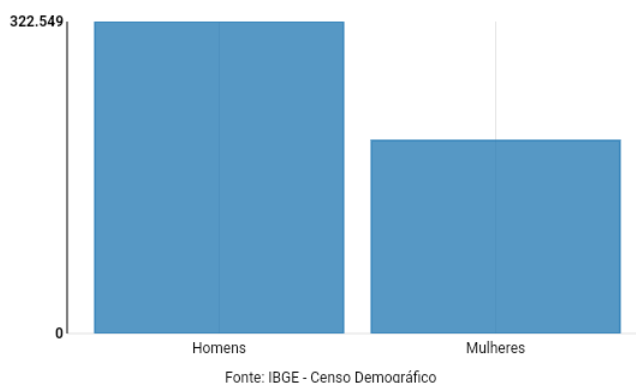


Figura 7. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência por sexo e grandes grupos, subgrupos principais, subgrupos e grupos de base de ocupação no trabalho principal em Manaus no ano 2000. Elaboração: os autores (2024).

Em Manaus, as mulheres devido à falta de qualificação para o mercado de trabalho formal, optam por empregos informais. Apesar da crescente inserção feminina no trabalho formal remunerado, no Amazonas, o IBGE evidenciou uma taxa de informalidade de 58,1% no 1º trimestre de 2022. Nos estados que compõem a Amazônia Legal, 36,2% das mulheres estão empregadas sem carteira assinada, um número superior ao dos homens, que é de 23,7% (Figura 8).



03 e 04 de setembro de 2024

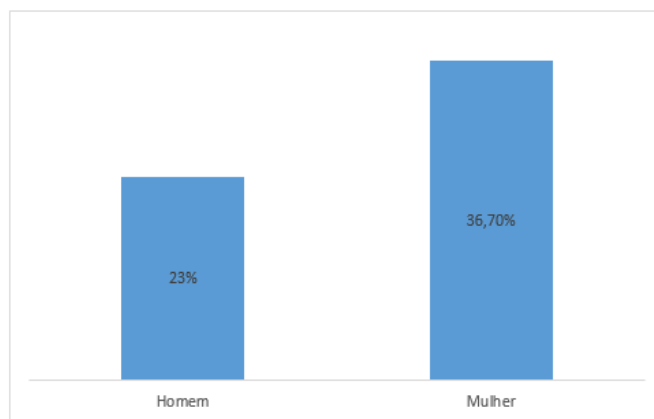


Figura 8. Taxa de informalidade por sexo nos Estados que compõem a Amazônia Legal. Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: os autores (2024).

A não conclusão da educação básica se torna um obstáculo significativo para as mulheres que buscam empregos formais em Manaus, limitando seu acesso a posições bem remuneradas e estáveis devido aos requisitos mínimos de escolaridade exigidos pelos empregadores. Isso as leva a buscar o setor autônomo, onde há menos barreiras e maior flexibilidade. No contexto urbano de Manaus, as mulheres que trabalham de maneira informal atuam como vendedoras ambulantes, vendedoras de marmitas, diaristas, e em empresas de aplicativos de serviços, entre outros. Muitas dessas mulheres são chefes de família monoparentais, responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos através dessas atividades autônomas. Segundo Leite (2014), às mulheres chefes de família em Manaus buscam gerar ou complementar a renda familiar através de atividades de vendas ambulantes, inserindo-se na categoria profissional autônoma. Esses trabalhos oferecem uma solução prática para conciliar as demandas financeiras com as responsabilidades familiares, permitindo maior flexibilidade e autonomia.

Considerações finais

Para abordar de forma eficaz a problemática da desigualdade de gênero no Brasil, é crucial que as políticas públicas sejam desenvolvidas com uma visão integradora, que inclua a perspectiva de gênero e leve em consideração os múltiplos fatores sociais, econômicos e culturais que perpetuam essas desigualdades. A implementação de



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



programas de apoio direcionados, juntamente com a promoção de ambientes culturais inclusivos e equitativos, são passos fundamentais para garantir que todos os cidadãos tenham iguais oportunidades de sucesso acadêmico, profissional e pessoal.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece de forma clara que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. No entanto, as realidades evidenciadas por análises de dados do Censo de 2022 demonstram que, apesar de avanços significativos, as mulheres ainda enfrentam barreiras substanciais no mercado de trabalho. Mesmo com taxas mais elevadas de alfabetização e conclusão do ensino superior em comparação aos homens, as mulheres continuam a lidar com disparidades salariais, sub-representação em cargos de liderança e falta de acesso a empregos formais, que muitas vezes oferecem melhores condições de trabalho e estabilidade.

Essas desigualdades de gênero não só violam os princípios constitucionais, como também limitam o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Para enfrentar esta problemática, é crucial que o país reforce seu compromisso com a igualdade de gênero, aplicando eficazmente leis inclusivas e combatendo a discriminação. Ações como incentivar a contratação de mulheres em setores sub-representados, garantir equidade salarial e fortalecer redes de apoio para mulheres vulneráveis são fundamentais. Além disso, é necessário fomentar uma cultura de igualdade que transcenda o âmbito legislativo e percorra todas as esferas da sociedade. Promovendo uma cultura de igualdade desde a educação básica e incentivando a participação feminina na política e economia. Ao adotar uma abordagem integral, o Brasil poderá melhorar os resultados educacionais e profissionais das mulheres, reduzir a evasão escolar, combater a pobreza e promover justiça social, respeitando os princípios da Constituição de 1988.

Referências

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**. vol.58 n.4. São Paulo Oct./Dec. p. 40-41. 2006.

doi ISBN

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 2970 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por sexo e grandes grupos, subgrupos**



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



principais, subgrupos e grupos de base da ocupação no trabalho principal - Manaus. 2000. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 Julho. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 7128 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução - Brasil. 2023.** Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 Julho. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 2983 - Pessoas com curso de nível superior concluído, por nível concluído, sexo e áreas gerais, específicas e detalhadas de formação - Brasil. 2000.** Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 Julho. 2024

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 2983 - Pessoas com curso de nível superior concluído, por nível concluído, sexo e áreas gerais, específicas e detalhadas de formação - Manaus. 2000.** Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 Julho. 2024

IBGE 2022. PNAD Contínua: **desocupação recua em oito das 27 UFs no 4º trimestre de 2022.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência de Notícias - IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>.

LEITE, Irlanda Pantoja. Gênero, espacialidade e sustentabilidade: as mulheres chefes de família do Parque Residencial Manaus – Prosamim. 150 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR, Paulo. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. **Revista Brasileira de Estudos de População [online]** v. 23, n. 2, p. 355-367. 2006.

LUDWIG, A. C. **Fundamentos e prática de metodologia científica.** 3 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 128 p.

PINTO, R. M. F.; MICHELETTI, F. A. B. O.; BERNARDES, L. M.; FERNANDES, J. M. P. A.; MONTEIRO, G. V.; SILVA, M. L. N.; BARREIRA, T. M. H. M.; MAKHOUL, A. F.; COHN, A. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social e Sociedade**, 105(4). p. 167-179. 2011.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 2 ed, v. 8, n. 15. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. pp. 90-102. 2012.

RAMOS, Lázaro Saluci et al. A gravidez na adolescência produzindo evasão escolar: um exame bibliográfico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde.** v.sup n.52. 2020.

SILVA, Leticia Ferreira da; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis. Mulheres na história**, São Paulo, n 12, p. 257-279. 2014.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



SOUSA, Carolina Rodrigues de Oliveira et al. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cadernos Saúde Coletiva**. v. 26, n. 2, pp. 160-169. 2018.

 10.29327/amazonas-o-agrario-o-politico-e-o-urbano-na-contemporaneidade-467757.903505

ISBN 978-65-272-0652-1